

Prolongamentos de um desastre: do deslocamento compulsório ao reassentamento¹

Luisa Machado de Siqueira (Mestranda PPGA/UFF- RJ)

Palavras-chave: Reparação, Desastre, Reconhecimento

1. Introdução

O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, produz efeitos diretos e indiretos na vida das pessoas que viviam nos quase 700 quilômetros de trajeto percorrido pela lama de rejeitos. Enquanto muitos tiveram suas casas invadidas pela lama, ou os rios de onde tiravam a subsistência contaminados, modos de vida e tradições inviabilizadas, existem também efeitos que se constroem ou aprofundam com o processo de busca por reconhecimento e justiça. Nesse sentido, para pensar esse evento crítico (DAS, 1996) e suas repercussões e transformações, assim como os conflitos inerentes à reorganização social e contexto de incertezas que são produzidas a partir do rompimento, a abordagem da teoria dos desastres será um ponto de partida.

Segundo Zhouiri et al. (2016), “Os desastres são acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade.” (p. 37). Há também uma necessidade de pensar o desastre de uma perspectiva social e processual, que tem em conta a crise, sofrimento e estresse social como definidores, ao invés do marco tecnicista que define o desastre como o evento disruptivo em si. Nessa abordagem, parto do princípio de que: “os desastres desvelam a estrutura social existente e, assim, tornam mais visíveis as conexões entre as injustiças sociais precedentes e os grupos mais expostos aos perigos, bem como revelam o tipo diferenciado de exposição e de medida recuperativa adotada pelo ente público.” (VALENCIO, 2014, p. 3633), ou pela relação entre entes públicos e privados, no caso em análise aqui.

Mariana, município em que é estabelecida a mineradora Samarco S.A., responsável pela barragem de Fundão, que rompe no dia 5 de novembro de 2015, será o cenário da discussão proposta nesse trabalho. A presença da empresa e importância da

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

mineração na vida social e econômica local, gera conflitos e interações específicas, que me proponho a analisar aqui.

Para contextualizar a questão, busco explicitar algumas percepções locais sobre a mineradora anteriores ao desastre, para depois introduzir os sujeitos em análise na primeira parte do texto. Em seguida, apresento dois grupos sociais e suas demandas frente ao desastre: os atingidos deslocados de outras comunidades do município para a cidade de Mariana, em busca de reparação, justiça e reassentamento; e o grupo de marianenses que pedem o retorno da mineradora como solução necessária para a economia local. Na parte final do texto, discuto as tensões e problemas que surgem da crise social que define o desastre, colocando em foco as especificidades das relações entre atingidos deslocados, sociedade civil, instituições públicas e empresariais.

2. Contextualizando o desastre

Percepções sobre a Samarco pré-desastre na região

“O ano era 1696. O mês, julho. No décimo sexto dia, os bandeirantes paulistas comandados por Salvador Fernandes encontraram ouro no curso d’água e se estabeleceram nas margens do Ribeirão do Carmo. Assim nasceu Mariana. Ainda sem esse nome, que lhe foi dado depois como homenagem à rainha Maria Ana D’Áustria. Nas páginas amareladas dos livros que narram as aventuras dos bandeirantes, fica claro que a história de Mariana é também uma história de busca por ouro e de exploração dos recursos naturais. A Mariana que conhecemos hoje não nasce sem a mineração.” (A Sirene, 2017²)

A história da cidade de Mariana começa com a chegada de bandeirantes em busca de ouro no século XVII, busca essa que se atualiza na década de 1970 com um novo produto-chave: o minério de ferro.

É nesse contexto que começa a atuar a Samarco Mineração S.A., em 1977, tendo como atividade hoje a extração de minério de ferro, transporte em mineroduto, pelotização e transporte transoceânico.

A relação com a cidade é marcada pela geração de empregos e arrecadação de impostos até o ano de 2015. Após uma década de alta no mercado, período de aproximadamente 2002 a 2012 em que as importações globais de minério aumentaram vertiginosamente, responsável pela valorização dos preços das *commodities* (ZONTA;

² Fonte: <http://jornalasirene.com.br/olhar-de-fora/2017/11/29/mariana-uma-historia-com-mineracao>

TROCATE, 2016), a prefeitura da cidade começa a sentir a desaceleração econômica com a queda do preço do minério, e em 5 de novembro de 2015 acontece o rompimento da barragem de Fundão. Até então, a mineradora acumulava prêmios de responsabilidade social e certificações de gestão ambiental.

O relato de um marianense logo após o desastre marca ao papel da mineração na vida local: *A importância da mineração para região de Mariana é extrema, é quase que única. Se hoje a Samarco encerrar suas atividades, Mariana levará muitos e muitos anos para poder se recompor, se conseguir se recompor no aspecto econômico, financeiro e social. Mariana vive da mineração, não é do turismo.* – Relato de marianense (Dezembro 2015)³.

Enquanto na cidade a relação de proximidade e dependência econômica era aprofundada, nos distritos adjacentes a relação parece ser de distanciamento. A lembrança da presença passa por eventos específicos. No caso de uma moradora de distrito próximo, passa pela construção do mineroduto da Samarco, que hoje conta com 400 quilômetros, que leva as pelotas de minério até o porto de Ubu, no município de Anchieta, ES: *Meus avós sempre sofreram com a Samarco lá em Gesteira⁴, meus tios... e há pouco tempo minha tia, numa dessas oficinas que a gente fazendo lá em Gesteira, ela lembrou do relato de quando passou o primeiro mineroduto, que eles chegaram invadindo Gesteira, abriu valas no meio das casas, e diz ela que as crianças tinham que ficar presas dentro de casa porque tinha aquele risco né? Das máquinas pesadas ou então de cair nas valas que a Samarco fez. Eles passavam abriam, por exemplo, as plantações, roças, então os bois entravam, destruía tudo. Então o pessoal de Gesteira sempre foi atingido pela Samarco.* – Relato de atingida (Julho de 2018)

Outra memória da presença da barragem está ligada à percepção da mudança de cores no Rio Gualaxo do Norte, relatada por diferentes moradores dos distritos adjacentes: *sempre que já chovia, nosso rio aqui de Gesteira já sujava, eles jogavam, eles soltavam no rio afora essa lama aí. Para evitar que já estourasse há mais tempo, eles aproveitavam que chovia pra já soltar e dava uma aliviada.* Sobre a presença de melhorias para a cidade: *aqui só quando eles tavam passando com o tubo [mineroduto] na cidade, isso tem 10 anos, acho que o primeiro tubo tem 30 ou 40 anos, não sei, atrás, aí eles vem*

³ Os relatos e expressões transcritos de forma direta ao texto estarão em itálico ao longo do texto. São fragmentos de relatos feitos em entrevistas formais e informais e falas em reuniões em que estive presente ao longo dos quase 3 anos de pesquisa.

⁴ A comunidade de Gesteira, também muito atingida pela lama, fica no município de Barra Longa, vizinho à Mariana, distando cerca de 20 kms da cidade.

construindo tudo, já construíram uma praça nova para a cidade, fazia, alugava casa e quando valia 500 pagava 2 ou 3 mil e enchia de peão. Aí beleza, fazia tudo pra cidade. - Relato de atingido (Janeiro 2016)

Existe então uma percepção da presença da mineradora diferente entre os marianenses e os moradores de outras cidades da região. A credibilidade da Samarco na cidade de Mariana, construída ao longo de seus quase 40 anos de atividade até o rompimento da barragem de Fundão, produz movimentos que destoam dos que acontecem em outras regiões atingidas pelo rompimento. É a partir dessas tensões que acompanham a busca por reparação em Mariana, que serão apresentados os sujeitos que compõem a trama em análise e suas reações com a empresa e a cidade.

A abordagem sobre desastre e os sujeitos implicados

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão é o evento que inicia o processo que nos referimos ao falar no desastre da Samarco. A concepção de desastre aqui utilizada parte da abordagem sociológica da teoria dos desastres (VALENCIO, 2014). O desastre é definido não pelo acontecimento disruptivo, mas pelo seu caráter transformador na vida dos afetados, e pelo sofrimento social coletivo e prolongado que o define. Nessa abordagem “o desastre é considerado como uma *crise social* associada a um *acontecimento físico devastador* e a um *tempo social*” (VALENCIO, 2014, p. 3633). Falamos então dos efeitos produzidos pelo rompimento da barragem, mas também dos efeitos do processo de reparação na vida dos sujeitos afetados ao longo dos três anos desde o acontecimento.

Enquanto o desastre atingiu de diversas formas a vida de seres humanos e não-humanos ao longo de um percurso de mais de 700 kms, desde o município de Mariana até o litoral do Espírito Santo, neste trabalho o foco estará voltado para a cidade de Mariana e as transformações nesse cenário local.

Antes de explicitar esses problemas específicos, é preciso localizar os sujeitos envolvidos no processo. Para isso, apresentarei quatro grupos fundamentais para uma compreensão das questões a serem abordadas: os atingidos deslocados, os moradores da cidade de Mariana, as interfaces empresariais e as instituições locais.

Os primeiros dois grupos tem um fator em comum, são ambos atingidos pelo desastre, no entanto, de maneira distinta, por isso os separo em grupos distintos. Chamo de marianenses a população que residia na cidade antes do rompimento da barragem. Enquanto os atingidos deslocados compulsoriamente são os moradores de comunidades

dentro do município, como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que tiveram que deixar suas casas pela impossibilidade do retorno após a chegada da lama de rejeitos e passaram a morar na cidade de Mariana.

Entre as interfaces empresariais estão os agentes da mineradora Samarco, e suas acionistas Vale e BHP Billiton, e da Fundação Renova, criada após o rompimento para a gestão da reparação do desastre. A partir da criação da Fundação, seus agentes passam a ser responsáveis pelas relações e negociações diretas com os atingidos, sejam esses deslocados ou não. Ainda que exista uma diferença entre as duas, já que a Renova é pensada como uma instituição independente a partir de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta [TTAC], ainda que financiada pela mineradora e suas acionistas, o que pude perceber é que para os atingidos não existe uma separação clara entre a Renova e a Samarco, muitas vezes sendo estas referidas como a mesma coisa: *Renova, Samarco, Vale, BHP, tudo a mesma coisa. Tanto é que a Governança da Renova, são as pessoas da Vale, entendeu? São os mesmos representantes da Vale é a governança da Renova, são os mesmos. Tanto é que tem um escritório aqui da HP, estão todos uniformizados de Renova. Então tudo é a mesma coisa. Tudo. A gente fala muito Renova e Samarco mas na verdade não é, é Vale e BHP, são eles, é a mesma coisa, aquele esmo bando, tudo a mesma coisa. Tudo vai dar na mesma coisa.*

No entanto, neste trabalho, irei distinguir entre estas duas interfaces, por entender que, especificamente na cidade de Mariana, existe uma relação e compreensão da Samarco que é anterior ao desastre, e que a distingue de alguma forma da Fundação para uma parte dos atores locais.

Ao falar de instituições locais, estarei me referindo: 1. à Prefeitura de Mariana e seus agentes, e 2. à comarca de Mariana do Ministério Público de Minas Gerais [MPMG], me referindo principalmente à atuação do promotor local ligado à temática de direitos humanos, que acompanha o processo junto aos atingidos do município desde o dia do rompimento.

3. Efeitos locais do desastre em análise

O deslocamento compulsório



Imagem 1: Foto de mapa da comunidade de Bento Rodrigues preenchida pelos atingidos em ato público *Um Minuto de Sirene*, em Mariana, em 5 de janeiro de 2018. Cedida por: Erin Skoczylas.

Com o rompimento da barragem de Fundão, diversas comunidades são atingidas pela lama no município de Mariana e tem suas formas de vida e sustento inviabilizados. No entanto, algumas delas são devastadas ao ponto de tornar inviável um retorno dos moradores. É o caso de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Essas famílias são deslocadas para Mariana, após passarem a noite ilhadas em pontos altos das comunidades, onde a lama de rejeitos não alcançou. Após uma primeira noite e manhã chegando aos poucos à na Arena Mariana, ginásio de eventos da cidade, o Ministério Público de Minas Gerais⁵ instaura a primeiro Inquérito Civil para “investigar do ponto de vista das vítimas o dano que elas sofreram”. As famílias são remanejadas para hotéis, e no dia 8 de novembro é expedida a primeira recomendação pelo MPMG para que a Samarco colocasse as pessoas em casas alugadas, com auxílio financeiro, e que fosse feito um cadastramento das vítimas. Obtendo uma “resposta evasiva” da empresa, o MPMG entra com uma Ação Cautelar de Bloqueio de Bens, de 300 milhões de reais, para garantia do cumprimento da obrigação de reparação aos atingidos do

⁵ Devido à complexidade do desastre, atuam no caso o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público do Espírito Santo, em alguns momentos de forma conjunta, outras não. No caso do MPMG, há uma força tarefa que inclui coordenadores de Meio Ambiente e de Direitos Humanos, e procuradores naturais, que respondem pelas comarcas. Foi decidido que as questões ambientais seriam de competência da justiça federal, enquanto as de cunho social, econômico e de direitos humanos em geral seriam das comunidades locais. Enquanto em alguns casos mesmo questões de Direitos Humanos foram para a esfera federal, em Mariana, as ações permaneceram na comarca local do MPMG, por dizerem respeito a questões relacionadas aos atingidos do município. Assim, o promotor de Direitos Humanos é quem acompanha as comunidades atingidas desde o dia 6 de novembro de 2015.

município de Mariana. Em 10 de dezembro de 2015 é ajuizada a Ação Civil Pública principal, onde é pleiteada a reparação integral dos direitos das vítimas: indenização, reconstrução das comunidades, reativação econômica, prestação de auxílio à saúde, entre outras ações que envolvem os direitos dos atingidos.

Essa ação é remetida à esfera federal em fevereiro de 2016, a partir de recursos colocados pela Samarco e suas acionistas Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., e retorna à comarca de Mariana seis meses depois, após parecer conjunto do MPMG e MPF. Segundo o promotor da comarca de Mariana, nesse período em que a ação ficou parada entre as duas esferas, muitos atendimentos às vítimas foram recusados pela empresa, tendo sido identificados mais de 100 casos, para os quais foi necessário, com o retorno da atribuição à comarca de Mariana, entrar com um processo paralelo de cumprimento de sentença, para o qual 85 pessoas tiveram algum tipo de direito reconhecido como negado durante o período.

A explicitação do processo de uma perspectiva jurídica exemplifica a dificuldade e complexidade de estabelecimento dos termos para a reparação entre os atingidos, representados pelo MPMG, e as empresas.

Os atingidos deslocados compulsoriamente para Mariana, oriundos principalmente das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, *perderam tudo*, suas casas, automóveis, documentos de identificação, cultura, convivência social, fotografias de família, muitas dessas perdas irrecuperáveis⁶, por, como relataram, não terem ouvido nenhum alerta, sendo a lama percebida apenas com sua chegada, os obrigando a abandonarem suas rotinas apenas com a roupa do corpo. A área mais alta da comunidade, não atingida diretamente pela lama, foi saqueada nos dias seguintes ao rompimento da barragem, enquanto a área estava isolada e nem mesmo os moradores tiveram acesso às suas casas. Assim, mesmo os atingidos que não tiveram a casa invadida pela lama, acabaram por perder seus móveis, objetos pessoais e mesmo janelas ou portas que foram levadas.

Os atingidos vivem até hoje, três anos após o início do desastre, em casas alugadas pela empresa e recebendo o cartão de auxílio financeiro. O prolongamento desse sofrimento social é marcado por violações de direitos e aprofundamento do estresse social. A rotina desses moradores dessas comunidades rurais, que distam entre 30 e 50

⁶ Em Bento Rodrigues, foram 5 vítimas fatais, além de um aborto provocado pelo acontecimento. Ao todo, foram 19 vítimas, sendo 14 delas funcionárias da mineradora, que trabalhavam no momento do rompimento.

kms da cidade de Mariana, é hoje ditada pelo ritmo da cidade e de reuniões quase que diárias para organização de demandas coletivas.

A busca pelo reassentamento das comunidades se coloca como essencial para o retorno a seus modos de vida e relações de vizinhança, já que hoje muitos dos atingidos estão distantes de seus familiares e vizinhos, pela distribuição das casas, que ficam em distintos bairros da cidade de Mariana. Os processos de reassentamento já estão em andamento, no caso de Bento Rodrigues, por exemplo, tendo sido escolhido um terreno que fica no caminho de Bento Rodrigues. Ainda, no entanto, existe um movimento dos atingidos pela manutenção da ocupação da comunidade de Bento Rodrigues para festividades anuais e momentos de convivência aos finais de semana, mantendo os atingidos em uma relação aproxima com sua comunidade e suas tradições, sendo realizadas missas nas ruínas da igreja de São Bento, que foi coberta por uma estrutura que permite que esta receba os moradores para eventos como a Festa de São Bento, que acontece tradicionalmente no mês de julho.



Imagem 2: Procissão realizada durante a festividade de São Bento, julho/2018. Cedida por: Tomás Meireles

A busca pela manutenção do vínculo com a comunidade é reforçada pelo processo que visa o tombamento da comunidade atingida de Bento Rodrigues, para a garantia que que a comunidade continuará existindo.

Diante da dificuldade do deslocamento involuntário dos atingidos, da compulsoriedade de uma adaptação a uma rotina urbana e de reuniões pautadas pela conformidade a um léxico empresarial e jurídico, a comunidade passa em meados de 2016

a ser acompanhada por uma assistência técnica⁷, tendo como organização responsável a Cáritas Brasileira Regional de Minas Gerais, escolha que passou pela aprovação dos atingidos. Além dessa assistência, as comunidades estão organizadas em comissões de atingidos, existindo respectivamente uma para cada localidade atingida na região.

A paralização das atividades minerárias

A cidade de Mariana não é afetada diretamente pela lama de rejeitos, mas sofre uma brusca transformação com o desastre. Considerando a histórica relação com a mineração, que constitui a história e representação sobre a cidade, percebida por exemplo no hino da cidade:

Quem é que me vem perturbar o meu sono
De bela princesa no bosque a dormir?
Que há muito caiu sobre o solo o meu trono,
Que era emperolado de perlas de Ofir!
De estrelas o céu sobre mim recama;
Há luz no zênite e clarões no nadir...
O campo auriverde da nossa auriflama,
É todo esperança: esperei o porvir!
Agora bem sinto, no peito, áureos brilhos;
De novo me voltam as perlas de Ofir...
Aos doces afagos da voz dos meus filhos,
Mais belas que outrora, eu irei ressurgir!

O hino remete a essa relação com a atividade extrativista, quando fala da riqueza mineral através da metáfora das “perlas de Ofir”, sendo Ofir região que aparece na Bíblia como famosa por suas riquezas. Um outro exemplo da relação história de Mariana com a mineração está na pintura que retrata o ciclo do ouro, fotografada na parede do Centro de Atenção ao Turismo, em Mariana.

⁷ A importância da assessoria técnica passa tanto pela presença de pessoas em quem os atingidos possam confiar e receber dados e informações corretas, por sua independência em relação às partes envolvidas no processo de negociação, quanto pela possibilidade de contradição de pareceres e propostas construídas e respaldadas por uma linguagem supostamente técnica por parte da empresa, às quais até então se fazia mais difícil questionar. As equipes são compostas por profissionais de diversas áreas de conhecimento, como advogados, arquitetos, psicólogos, entre outros, que tem como função assessorar os atingidos em suas demandas.

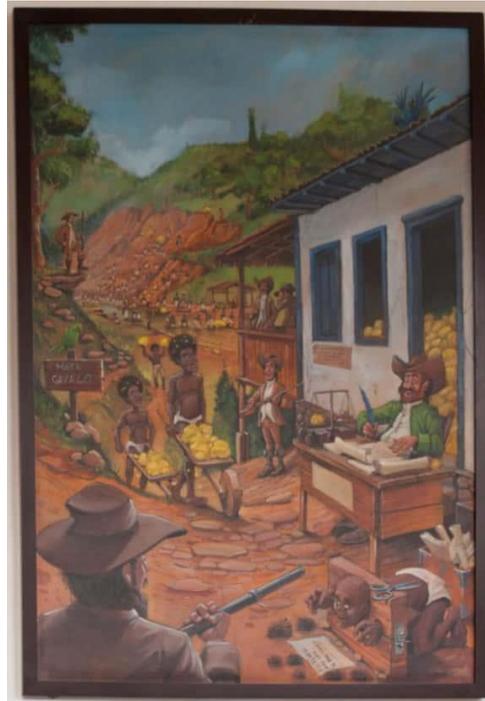


Imagem 3: Foto de caricatura do artista local Camaleão, 2016. Cedida por: Erin Skoczylas

A partir da década de 1970, começa um novo ciclo, do minério de ferro. Com o Auto de Fiscalização No 38963/2018 (AMPLO; SAMARCO, 2017), após o rompimento da barragem, é embargada a licença ambiental para operações da Samarco S.A., o que impede que as atividades mineradoras no Complexo de Germano, do qual faz parte a barragem de Fundão, continuem.

Uma crise já era enfrentada na cidade no ano de 2015, pela queda da valorização das commodities mundialmente, no entanto, com a paralização da mineradora, o cenário de instabilidade e a possibilidade de um crescimento do desemprego gera insegurança e comoção por parte dos moradores da cidade e trabalhadores da mineradora – mais de 4.000 empregados diretos na cidade. Além disso, com a paralização das atividades, a prefeitura para de receber o CFEM, imposto sobre a atividade minerária, o que implica em cortes de investimento do poder público.

Esse cenário de instabilidade econômica, que não começa com o rompimento, mas se agrava, mobiliza movimentos de grupos da sociedade civil. Um desses movimentos, depois intitulado *Fica Samarco*, começa com o que os fundadores chamam de “Um convite à reflexão”, carta que foi distribuída na cidade e convocava para uma reunião em que foram debatidos alguns pontos que os incomodavam sobre os efeitos imediatos do desastre e a cobertura da mídia: 1. a exposição de Mariana para o mundo “de uma forma triste e derrotada”; 2. A “responsabilidade colocada única e exclusivamente à

mineradora”; 3. Sobre a exclusão aparente da responsabilidade do poder público, enquanto licenciador e fiscalizador; 4. e, “principalmente a nossa preocupação com o futuro”. O argumento de que a paralização das atividades seria um fato preocupante, pela dependência dos empregos oferecidos pela Samarco e também pela dependência dos royalties do minério, tanto em esfera local quanto estadual, foram também motivadores.

Um dos fundadores do movimento, disse: *Nessa oportunidade em que fizemos esse convite à reflexão pra comunidade, da entrega inclusive do manifesto ao senhor Prefeito e ao senhor presidente da Câmara nós pedimos exatamente isso, que os governos não mais se limitassem a fazer um plano de governo para 4 ou 8 anos, mas que trabalhassem firmemente na construção de um projeto de longevidade para a cidade, que buscassem outras fontes de recursos para Mariana. Que Mariana não ficasse restrita a questão do minério, porque nós sabemos que o minério um dia vai acabar. Mas acabar daqui a 30, 40, 50 anos, pode-se planejar esse futuro, acabar agora porque houve o rompimento da barragem é uma situação extremamente grave: desemprego, violência, falta de recursos, a mineradora ao nosso ver sempre teve uma atuação importante na comunidade além da sua responsabilidade legal, ela sempre exerceu uma responsabilidade social de grande relevância em Mariana, na área da saúde, na área do saneamento básico, na área do esporte, na área cultural. E em respeito a tudo isso, e em respeito a esse futuro de Mariana, a questão do emprego, da geração de renda, que nós levantamos essa bandeira junto com outras pessoas e que pedíamos que não se fizesse um julgamento pura e simplesmente sumário de uma responsabilidade, que tudo fosse avaliado dentro de um critério, dentro de um bom senso, a luz da legislação, mas a luz das responsabilidades que cabem a cada um.* – Relato de fundador do movimento, janeiro de 2016

Durante o ano de 2016, pude observar diversos pontos de comércio que contavam com o cartaz do movimento, que foi também responsável por uma série de atos públicos onde se demandava o retorno das atividades da empresa frente ao slogan “justiça sim, desemprego não”.

4. O prolongamento e suas tensões

Disputas, acusações e estigma

Nesse contexto de efeitos do desastre, que motivam os sujeitos dessa transformação para demandas diferentes, as tensões se colocam tanto nas relações

cotidianas quanto no nível do discurso. Existe uma “disputa” entre os atingidos e as instituições, seja governamentais seja empresariais, que diz respeito à semântica, à definição e construção da narrativa sobre o desastre. Em documentos como o TTAC, que pauta a atuação da Fundação Renova, a terminologia usada para descrever as pessoas afetadas é “impactado”, enquanto a abordagem sobre o rompimento o define como “evento”, enquanto para os afetados o termo de autodenominação é *atingido* e referem-se ao *desastre* ou *crime*, em oposição a outras categorias usadas por instituições ou mídia como “tragédia”, “evento” ou “acidente”. Há então um desacordo sobre a própria definição dos efeitos do desastre e sobre quem deve ou não ser reconhecido como sujeito da reparação. A assimetria de poder, recursos e visibilidade, entre esses sujeitos que buscam o reconhecimento e as instituições responsáveis por reconhecê-los marca o processo.



Imagens 4 e 5: Ao lado direito, capa de Jornal publicado pela Fundação Renova voltado para a comunidade de Mariana, edição de Novembro/2018. Ao lado esquerdo, capa de Jornal A Sirene, edição de Julho de 2018.⁸

A Fundação Renova tem o monopólio sobre a narrativa institucional da reparação, investindo em propaganda, publicizando as ações que promove e sendo responsáveis pela publicação de jornais voltados para a população local. Um exemplo está na presença de três escritórios da fundação na cidade de Mariana, um deles sendo chamado Casa do

⁸ Fonte de imagem 4: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/11/voz_da_comunidade_e5_web.pdf
Fonte de imagem 5: https://issuu.com/jornalasurene/docs/julho_2018_issuu

Jardim, localizado em frente à praça Gomes Freire, principal da cidade, também conhecida como Jardim, em que a visitação ao público é aberta e estão dispostas maquetes, conteúdo digital interativo e funcionários para explicar o que foi o desastre e como tem sido realizado o trabalho de reparação.

Os atingidos se organizam, por exemplo, em torno da criação do jornal A Sirene, criado para visibilizar os atingidos, que são os criadores de conteúdo, assessorados por um grupo de jornalistas da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem o campus de comunicação em Mariana. Assim, o jornal é feito *pelos atingidos, para os atingidos e para não esquecer*, considerado pelos atingidos um espaço de representatividade, frente às outras mídias onde não a encontram. O jornal tem uma tiragem de 3.000 exemplares mensais, e é distribuído nas áreas atingidas entre Mariana e Rio Doce, também em Minas Gerais. O alcance dessas narrativas não pode ser equiparado, o que reforça a diferença de alcance de visibilidades e possibilidade de reconhecimento⁹ dessas narrativas.

Para além da relação com as instituições e empresas, surgem também dificuldades nas relações da vida cotidiana em alguns espaços. Pela tensão continuada com o agravamento dos índices de desemprego na cidade, que afeta hoje mais de 13.000 pessoas, em um cenário de pouco mais de 60.000 residentes, os atingidos precisam encarar a desconfiança de muitos durante o processo já desgastante da busca por reparação e denúncia de violação de direitos.

Uma parcela menor da população, motivada muitas das vezes por interesses pessoais, seja pelo retorno da empresa, seja por outros motivos, impulsionou um processo de culpabilização das vítimas comum a diversos casos de violação de direitos na história. Gerando, frente ao cenário de incerteza que vivia Mariana, desconfiança e estigmatização dos atingidos deslocados para Mariana.

Segundo Irving Goffman (1988):

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma

⁹ Existem diversas famílias que até hoje ainda não foram cadastradas ou tiveram o reconhecimento dos danos morais e materiais. A ideia do “evento” rompimento da barragem como marco para a reparação dificulta a demanda de atingidos que são submetidos a efeitos do desastre durante o processo de reparação. Um exemplo é o caso de moradores de Barra Longa, que tiveram suas vidas afetadas pelo risco do contato com a lama após a intervenção de pavimentação de suas ruas com paralelepípedos estruturados com a lama de rejeitos (tentativa de “reciclagem” do material responsável por adoecimento e intoxicação de adultos e crianças que passaram a ser submetidos ao contato diário com o rejeito), ou do risco de desabamento de suas casas, originado pela presença de caminhões e veículos pesados em circulação para as obras de reestruturação das áreas atingidas pela lama, que gerou rachaduras nas estruturas desses lares.

linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (p. 6).

Nesse sentido, o processo de estigmatização é referente a uma certa relação, os atingidos são tomados enquanto aproveitadores, enquanto sujeitos que pretendem enriquecer, frente a uma parcela específica a quem é interessante a construção desse discurso de impureza e descrédito. Enquanto muitos pedem o retorno das atividades da empresa, reconhecendo que existem direitos a serem reparados, existem percepções estigmatizantes que são também efeitos desse desastre e geram nos atingidos sofrimento e o sentimento de desintegração social.

“Pé rapados”, “pé de lama”, categorias de devalorização, são ouvidas e propagadas. Uma atingida relatou em uma reunião estar em um ônibus, espaço comum e frequente, quando ouviu comentários acusatórios como “atingido, vulgo, oportunista”, não dirigidos a ela, mas ditos em conversa que presenciou. Frente a essa pressão social, que aparece como estigma, acusação e questionamento de suas motivações para manter-se em busca da garantia de seus direitos, agravado pelo cansaço das diversas reuniões que muitas vezes não geram resultados imediatos, desmobilizam e geram desagregação.

A busca pelo reconhecimento e reparação

Autores como Zhouri et al. (2017) falam sobre como: “Não obstante o rompimento, que solapou de súbito as suas vidas, o processo de se fazer reconhecer como sujeitos de direitos afetados neste contexto crítico prolonga-se como crise crônica a denunciar o caráter nada natural do ‘ser’ e do ‘tornar-se atingido’.” (p.28). Assim, faz parte do “complexo processo de construção da consciência e do percurso que envolve sua inserção involuntária em um contexto de gestão burocrática, a exigência do aprendizado de uma prática política, as determinações e disciplinamentos dessa mesma prática que integra a busca do reconhecimento de direitos.”.

Essa demanda pelo reconhecimento de seus direitos coloca aos atingidos a necessidade de adaptar-se à um léxico empresarial, técnico e jurídico, tarefa cansativa e desmotivadora a qual são submetidos. Nesse sentido, há um esforço para a garantia da unidade, por parte do MPMG e da assessoria técnica, para que as estratégias de desagregação às quais estes são submetidos, seja pela distância entre as habitações dos moradores, seja pelo esforço de individualização das negociações por parte das empresas,

seja pelas acusações às quais são submetidos na vida cotidiana, permaneçam organizados coletivamente através das comissões, assembleias, reuniões. O promotor fala nessa união como fruto de uma: *necessidade de entender que a demanda individual na verdade só pode ser entendida dentro de uma coletividade. Porque todos foram atingidos pelo mesmo desastre, todos tem o mesmo direito a reparação. Embora como vai se dar a reparação vai ser individualizado, mas o direito a reparação é comum a todos eles.* O parâmetro criado para a reparação, indenização ou reassentamento, depende de uma negociação coletiva para que se chegue a uma justiça em relação a esses direitos.

Enquanto é possível perceber diferentes demandas nos dois movimentos apresentados, os atingidos que buscam indenização pelos danos sofridos e o reassentamento, e os que enxergam no retorno da mineradora a fonte de soluções para os problemas econômicos e sociais enfrentados, essas diferentes motivações, efeitos de um desastre em curso, são apresentações da complexidade do problema criado a partir de um evento traumático que se atualiza na relação cotidiana com os efeitos dessa transformação.

O reassentamento é colocado como demanda prioritária, para a garantia de um retorno, ainda que parcial, às atividades e modos de vida que compartilhavam e que foram abruptamente interrompidos com o rompimento da barragem. Após 3 anos de desastre, os atingidos podem sentir ou acreditar que o processo de reassentamento está próximo, conforme relatado por atingido, frente às inseguranças e incertezas que sentiram durante os anos anteriores. No entanto, apesar da localidade já definida e das licenças ambientais já autorizadas no caso de Bento Rodrigues, ainda há um caminho para a realização das obras e efetivo reassentamento.



Imagem 6: Terreno de Lavoura, MG, escolhido para o reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, 2018. Foto: Luisa Machado

Sobre a paralização das atividades da mineradora, a nova licença ambiental necessária foi conseguida e no momento o complexo de Germano passa por obras para o retorno das atividades, previsto para o ano de 2019, com um novo modelo de disposição de rejeitos.

Em um cenário ainda incerto, porém com resoluções em encaminhamento, a luta por garantia de direitos dos atingidos e demanda por uma saída da situação de desaceleração econômica se apresentam. No entanto, fica a questão sobre o modelo de desenvolvimento econômico dependente da mineração, além das marcas do desastre na vida dos sujeitos que a reparação não poderá dar conta.

5. Apontamentos finais

Os direitos violados a partir do rompimento da barragem da Samarco, assim como durante o processo de reparação, ainda em andamento, produziram danos materiais e imateriais, como o afastamento de seus modos de vida, de vizinhos, de parentes e de suas criações, processos de adoecimento, entre outros.

A compulsoriedade do deslocamento para Mariana, submeteu esses sujeitos a transformações no modo de vida e a processos de estigmatização por parte de uma parcela dos moradores da cidade. A complexidade dos efeitos de um desastre como esse, em uma localidade como Mariana, onde a empresa construiu junto aos habitantes e poder público uma condição de dependência, o desenrolar do processo de reparação se dá de forma

muito específica. Ao longo do curso do rio devastado, até o Espírito Santo, se constroem outras demandas e a presença da empresa é outra.

Analisando as tensões locais criadas pelo desastre, através da perspectiva da teoria dos desastres (VALENCIO, 2014) e de uma abordagem processual, que leva em conta os efeitos do rompimento da barragem não apenas considerando o evento em si, mas o evento crítico (DAS, 1996) que produz transformações e violações de direitos na vida dos sujeitos, que constituem o desastre, no prolongamento das incertezas e conflitos por ele geradas e dele constituintes, busquei, a partir das interações e tensões cotidianas na vida social local, considerando diferentes motivações e efeitos experienciados dos grupos afetados pelo desastre, um entendimento sobre os efeitos do rompimento da barragem de Fundão em uma localidade específica, dentro do quadro complexo que compõe o caso do desastre da Samarco, com um foco nos sujeitos e suas relações.

Referências Bibliográficas:

AMPLO (Ampla Engenharia e Gestão de Projetos Ltda.); SAMARCO (Samarco Mineração S.A.). **RIMA - EIA Integrado do Complexo de Germano**. Agosto 2017. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/11/rima-samarco-2017.pdf>>.

DAS, Veena. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. Oxford University Press, USA, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3631-3644, 2014.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16/08/2017. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>.

ZHOURI, Andréa et al. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, 2017.

ZONTA, Marcio. TROCATE, Charles (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton**. Marabá-PA: Editorial iGuana, 2016. 237p.